

A PAISAGEM FESTIVA E A ARTICULAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL NA SEMANA SANTA DE OLIVEIRA/ MG

THE FESTIVE LANDSCAPE AND THE ARTICULATION BETWEEN MATERIAL AND IMMATERIAL CULTURAL HERITAGE IN HOLY WEEK OF OLIVEIRA/ MG



Matheus Resende Teixeira

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

mresendeteixeira@hotmail.com



Rafael Winter Ribeiro

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

winter@igeo.ufrj.br

1

Resumo

O estudo aborda a dicotomia entre o patrimônio cultural material e imaterial, destacando a necessidade de políticas públicas para preservá-los. Este artigo foca na Semana Santa de Oliveira, MG, como um caso de análise. A pesquisa procurou identificar como essa festa articula esses dois tipos de patrimônio, considerando os bens culturais reconhecidos pelo município e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/ MG). A paisagem festiva foi proposta como um conceito para interpretar essa integração, e o estudo envolveu o mapeamento de bens culturais e a observação da festa. Os resultados mostraram que sete bens culturais materiais estão diretamente envolvidos na festa, incluindo imagens religiosas e edifícios de onde as procissões partem. Outros sete bens culturais indiretos fazem parte dos trajetos das procissões, mas não interagem diretamente com a festividade. A paisagem festiva, que combina elementos materiais e imateriais, desempenha um papel fundamental na festa, mas as políticas de patrimônio cultural tendem a negligenciar essa integração. No geral, o estudo destaca a importância da paisagem festiva como um conceito capaz de articular as dimensões material e imaterial do patrimônio cultural, enfatizando a necessidade de uma abordagem mais integradora na preservação do patrimônio. Esse estudo demonstra como a Semana Santa de Oliveira serve como um exemplo que destaca os desafios e oportunidades de preservação do patrimônio cultural em cidades pequenas, especialmente no que diz respeito à articulação entre os aspectos materiais e imateriais desse patrimônio.

Palavras-chave: Paisagem Festiva. Espacialidade Festiva. Patrimônio Imaterial. Festas Tradicionais. Paisagem Cultural.

Abstract

The study addressed the dichotomy between tangible and intangible cultural heritage, emphasizing the need for public policies to preserve them. The text focused on the Holy Week in Oliveira, MG, as a case study. The research aimed to identify how this festival integrates these two types of heritage, considering the cultural assets recognized by the municipality and the Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG). The concept of the festive landscape was proposed to interpret this integration, and the study involved mapping cultural assets and observing the festival. The results showed that seven tangible cultural assets are directly involved in the festival, including religious images and buildings from which processions depart. Another seven indirect cultural assets are part of the procession routes but do not interact directly with the festivity. The festive landscape, which combines tangible and intangible elements, plays a fundamental role in the festival, but cultural heritage policies tend to overlook this integration. Overall, the study highlights the importance of the festive landscape as a concept capable of connecting the tangible and intangible dimensions of cultural heritage, emphasizing the need for a more integrative approach to heritage preservation. This study demonstrates how the Holy Week in Oliveira serves as an example that highlights the challenges and opportunities for the preservation of cultural heritage in small cities, especially concerning the integration of tangible and intangible aspects of this heritage.

Keywords: *Festive Landscape. Festive Spatiality. Intangible Heritage. Traditional Festivals. Cultural Landscape.*

Introdução

As discussões sobre o patrimônio cultural têm, recentemente, dado grande foco à dicotomia existente na sua separação entre patrimônio material e imaterial. Tal dicotomia que, para muitos especialistas, deve ser superada, se dá sobretudo na necessidade de estabelecer políticas públicas que visem a preservação daquilo que é considerado bem cultural, de acordo com as suas especificidades. Assim, desde a Constituição de 1988, enquanto essa dualidade é enfatizada quando se afirma que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial” (BRASIL, 1988), ao mesmo tempo busca-se dar destaque às políticas públicas dos bens imateriais, até então negligenciadas pelo Estado e pelas instituições de todo o mundo.

Embora amplamente estimadas, o reconhecimento e estratégias de preservação dessas expressões enquanto bens e patrimônios culturais é relativamente tardia. Os bens materiais começam a ter alguma atenção ainda no século XIX, com a criação da primeira Comissão dos Monumentos Históricos na França, em 1837, o Brasil estabeleceu uma profícua política de patrimônio material a partir de 1937, mas somente a partir de finais do século XX há alguma movimentação internacional oficial de maior monta no sentido de valorizar os bens imateriais, com a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, que pouco ofereceu suporte para que esses bens fossem preservados, tendo repercussões práticas apenas em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da UNESCO, que define:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003, p. 2).

Considerando o discurso de integração entre patrimônio material e imaterial, Menezes (2010) apresenta uma revisão crítica de premissas que cercam essa relação. Apesar da promoção dessa integração, o autor aponta a existência de diversos problemas no que se refere à articulação entre os dois tipos de patrimônio

cultural. Ele destaca que o conceito de patrimônio cultural tem se ampliado ao longo do tempo, incluindo novas categorias e dimensões. O autor ressalta, no entanto, que essa ampliação não é suficiente para garantir a integração entre patrimônio material e imaterial, uma vez que essas categorias possuem especificidades próprias. Além disso, enfatiza a necessidade de se repensar as práticas de preservação e salvaguarda desses bens culturais, de modo a levar em conta a diversidade cultural e os interesses dos grupos envolvidos.

O objetivo deste artigo é discutir como tal dicotomia se manifesta nas políticas públicas das cidades pequenas do interior de Minas Gerais, a partir da observação da Semana Santa de Oliveira – município que considera a festa um bem cultural imaterial, e que possui como base de realização diversos bens culturais materiais tombados na esfera local e estadual, e propor a paisagem festiva como paradigma de interpretação desse bem, articulado com o conceito de paisagem cultural. Para isso, mapeou-se os bens culturais reconhecidos pelo município e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA/ MG, e analisou-se a documentação relativa aos tombamentos que interagiam diretamente, como templos e imagens religiosas, e indiretamente, como os prédios que estivessem no caminho dos cortejos, tal como se observou em campo. Foi possível, assim, perceber grande intercâmbio entre essas duas dimensões do patrimônio cultural enquanto acompanhava-se a festividade e, sobretudo, através do conceito proposto, mas pouca ou nenhuma consideração da mesma na base documental utilizada para estabelecer o valor dos bens materiais que são reconhecidos pelo município e pelo IEPHA/ MG. No entanto, esta integração está presente na paisagem efêmera que se articula a partir da festa e que integra todos os elementos que as políticas públicas têm ainda dificuldade de trabalhar de maneira integradora.

Metodologia

Utilizando-se do método geográfico, tal como define Gomes (2017), é possível observar as manifestações localizadas das festas, como seus trajetos – no caso de uma festa de rua, ou procissão –, a posição de seus adereços e de seus participantes, os locais de maior ou menor simbolismo, centralidade ou marginalidade etc. Assim, é possível que possamos fazer uma análise de caráter geográfico. É daí que surge o interesse, no estudo atual, de localizar os bens materiais e imateriais, nesses últimos considerando os trajetos, fluxos, locais de celebração e ritual, e mapeá-los. Através

da observação das posições desses bens, poderemos observar, primeiramente, as intercessões físicas. Então, poderemos constatar o que está protegido ou não em relação às festividades.

Quando pensamos na dimensão patrimonial do trabalho aqui desenvolvido, podemos nos voltar para a importância da geografia na discussão de um dos conceitos chave para as questões que a são relativas: a paisagem. Como apontado por Ribeiro (2020, p. 27),

Vários países têm desenvolvido importantes estratégias de valorização do patrimônio a partir da paisagem, usando diferentes denominações, como paisagem histórica e mesmo paisagem cultural (...) (Ribeiro, 2020, p. 27).

Essa ciência assume certa centralidade no desenvolvimento teórico acerca desse conceito e, como aponta o autor, a dualidade na constituição dele dá origem a duas concepções de paisagem:

Como patrimônio cultural, parece haver duas tendências para a forma como a noção de paisagem é capturada. Algumas vezes essas tendências se chocam, outras se completam. Trata-se da paisagem como vista, que coloca ênfase na tradição visual do conceito e da paisagem como produto da relação sociedade e natureza, alimentada pela geografia de inspiração vidalina ou saureiana e pelo crescimento da preocupação ambiental. (Ribeiro, 2020, p. 2)

Pensando também essa relação entre festa, geografia, e patrimônio cultural, Sousa e Souza (2022) apontam a importância do reconhecimento dos bens imateriais. Segundo eles:

A novidade com esse contexto é que além das “paisagens congeladas” do patrimônio colonial e barroco foram também agregadas as interações mítico-ritualísticas das celebrações e fazeres populares. (Sousa; Souza, 2022, p. 172)

Como aponta Maia (2011, p. 22) “a paisagem festiva é fundamentalmente fervor histórico (e geográfico), e não congelamento”.

Nesse sentido, vale destacar a paisagem festiva enquanto centralidade nesse movimento. Esse conceito não se limita à materialidade, ao visível, como nas visões mais tradicionais da geografia. Na concepção que aqui adotamos “a paisagem festiva é carregada de infinitos estímulos representados pelas mais variadas cores, sons, cheiros, sabores, texturas e temperaturas para mencionar apenas os mais recorrentes” (Curado, 2011, p. 170).

Essas paisagens são construídas na tríade entre emoção, os indivíduos, e o saber mítico. Esses três componentes denotam o caráter social e subjetivo da paisagem festiva. Rituais diferenciados adicionam valor dos traços culturais à cultura local, que se torna convidativa e curiosa simultaneamente para o turista e/ou para quem não tem conhecimento das práticas exercidas naquele ambiente (Gondim, 2015, p. 96).

Como bem apontam Chaveiro et al (2018) a paisagem festiva é caracterizada pela presença de diversos elementos, como barracas de comércio, vendedores ambulantes, procissões, atividades de lazer e entretenimento, além de uma série de práticas e manifestações religiosas. Ela se instala sobre a paisagem cotidiana e a transforma, mesmo que por um curto período.

É essa mistura entre a paisagem material consagrada do cotidiano, os elementos provisórios, as práticas e seus significados que impregnam a paisagem festiva e a tornam um tipo particular de paisagem que precisa ter mais atenção das políticas de identidade e de patrimônio exatamente por seu caráter integrador.

Nesse sentido, Sousa e Barletto (2009) destacam a importância da paisagem na construção de identidades:

Paisagem e memória assim pensadas revelam a festa como evento propício para análise das memórias coletivas em torno da paisagem e dos lugares. Este sentido de festa como pedagogia, quer dizer, como evento social que trabalha na manutenção da memória de acontecimentos histórico-culturais e de espaços (...) (Sousa; Barletto, 2009, p. 130)

A festa tem assim, através da paisagem festiva, o poder de acentuar valores e características relevantes às significações cotidianas:

A festa apresenta a transição de uma paisagem cotidiana para a festiva, propõe certa ruptura. Os deslocamentos de uma paisagem a outra, seus conflitos e negociações, colocam aparentes certos mecanismos da cultura. A festa pode conferir sentido ao cotidiano por romper com a “programação aparente” da vida diária. Essa ruptura, contudo, não significa descolar-se totalmente da vida diária. O momento festivo pode ser considerado um parêntese dentro do texto da vida social, onde ao mesmo tempo em que se diferencia da vida cotidiana, também lhe atribui sentido: explica o cotidiano por diferenciar-se dele. (Fernandes *et al*, 2019, p. 149)

Dessa maneira, pensamos a paisagem festiva enquanto agente e produto das identidades:

(...) a paisagem não é apenas cenário por onde se desenvolvem as práticas humanas e a natureza, mas um componente mutante e ativo que participa das tramas urbanas. (...) A paisagem é o conjunto dessas materialidades

moduladas pelos seus usos, ou seja, pelas práticas e o imaginário que as abriga. (Fernandes *et al*, 2019, p. 150 e 151)

A paisagem festiva é, dessa maneira, a articuladora entre a imaterialidade – corpos, ritos, danças, objetos sagrados, músicas, aromas, sabores – e a materialidade da paisagem. Por isso apontamos a paisagem festiva como o conceito capaz de fazer a articulação entre a materialidade e a imaterialidade dos bens culturais. É através deste conceito que a paisagem cotidiana ganha significado, sem hierarquia de importância: a paisagem festiva é por si só material e imaterial, juntos e coexistindo. É efêmera, cíclica e em constante movimento.

Assim, considerando a importância da geografia nas discussões relativas ao patrimônio, é preciso estabelecer que, como aponta Fonseca (2005), as coisas não possuem um valor intrínseco, ou seja, não são dotadas de uma estima universal só pelo fato de existirem tal como são. Pelo contrário, são pessoas que atribuem determinado valor a determinada coisa, de acordo com aquilo que julgam positivo ou negativo, moral ou imoral, belo ou feio, etc. Sendo assim, as ideias de natureza e cultura são de extrema importância na delimitação daquilo que deve ser protegido ou não.

Os intelectuais que estão direta ou indiretamente envolvidos em uma política de preservação nacional fazem o papel de mediadores simbólicos, já que atuam no sentido de fazer ver como universais, em termos estéticos, e nacionais, em termos políticos, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva e de um lugar no espaço social. (FONSECA, 2005, p. 22).

A autora destaca diferentes formas de pensar o patrimônio e de atribuir valores a eles. Segundo ela, essas concepções se modificam de acordo com o lugar e o tempo a que estão atrelados, se diferenciando nos contextos políticos e sociais existentes, se aponta inclusive como a noção de patrimônio histórico e artístico nacional dá lugar à de patrimônio cultural, indicando sua transformação.

Resumindo, se a emergência da noção de patrimônio histórico e artístico nacional se deu no âmbito da formação dos Estados-nações e da ideologia do nacionalismo, sua versão atual, enquanto patrimônio cultural, indica sua inserção num contexto mais amplo – o dos organismos internacionais – e em contextos mais restritos – o das comunidades locais. Nesse sentido, nas duas últimas décadas essa noção foi ressemantizada, extrapolou o seu domínio tradicional, o dos Estados nacionais, e passou a envolver outros atores que não apenas burocratas e intelectuais. As modificações na conceituação e no gerenciamento do patrimônio enquanto objeto de políticas públicas indicam sua progressiva apropriação como tema político por parte da sociedade, o que trouxe conflitos a uma prática tradicionalmente

exercida pelo Estado, com o concurso de intelectuais de perfil definido e à margem das pressões sociais (FONSECA, 2005, p. 75).

Com base nisto, nos ocupamos de observar como a documentação dos tombamentos de Oliveira que estão relacionados direta ou indiretamente à Semana Santa, sobretudo aqueles da Prefeitura Municipal de Oliveira, aos quais se teve maior facilidade em acessar, bem como o registro da Semana Santa, com o objetivo de identificar como a materialidade e a imaterialidade se articulam ou não na busca pelo reconhecimento de seu valor.

O mapeamento do patrimônio reconhecido e a observação da paisagem festiva podem também destacar as vozes ausentes e perspectivas negligenciadas nas representações do patrimônio cultural, perspectivas apontadas por Smith (2006). Ele pode revelar como as experiências dos grupos marginalizados são apagadas ou minimizadas nas narrativas oficiais, permitindo, assim, que sejam incluídas e valorizadas. Em suma, o mapeamento do patrimônio, quando realizado com uma abordagem crítica, pode enriquecer nosso entendimento sobre como o patrimônio cultural é construído, valorizado e representado na sociedade. Pode abrir espaço para uma visão mais plural e inclusiva do patrimônio, permitindo que diversas vozes sejam ouvidas e respeitadas.

Além disso, é preciso destacar que o espaço é, na nossa concepção, a base da coexistência das coisas, bem como da materialidade e da imaterialidade. Isso porque, como aponta Massey (2008, p. 29)

Primeiro, reconhecemos o espaço como produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno [...]. Segundo, compreendemos o espaço como esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade (Massey, 2008, p. 29).

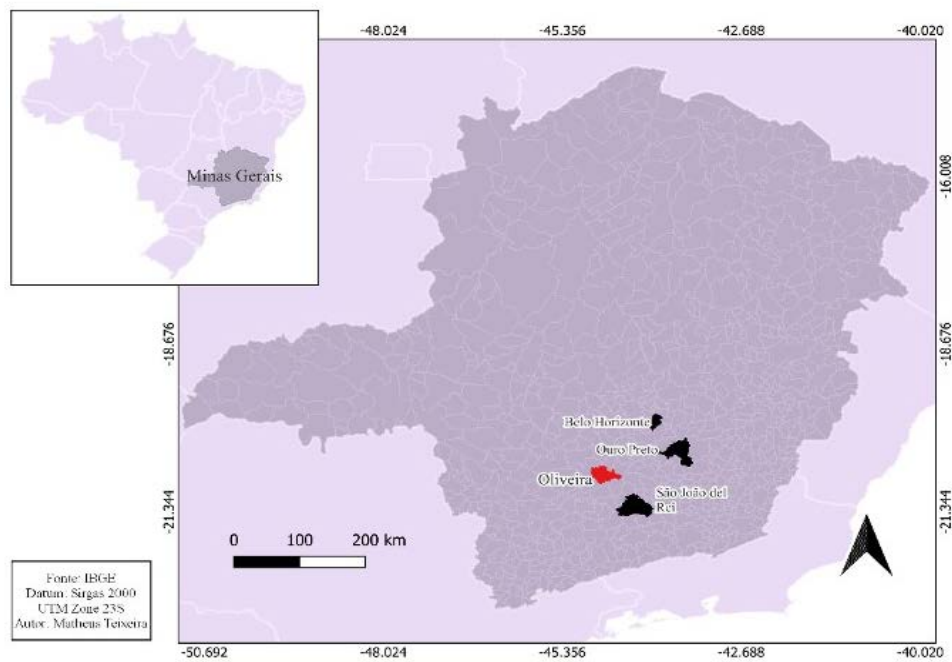
A paisagem nasce da representação dos espaços. São as formas de ver, ouvir e representar esse espaço que constituem a paisagem. São a representação e percepção do material e imaterial, natural e cultural, mediados pela cultura, que transformam o espaço em paisagem. Então, se a coexistência do plural ocorre no espaço, é através da paisagem que ela é percebida e representada. Daí seu potencial como categoria de acesso ao patrimônio cultural de forma mais

integradora e inclusiva que os modelos de objetos estanques e individualizados consagrados nas políticas públicas a partir do século XX.

Resultados e Discussão

O local escolhido como centro e laboratório desta pesquisa é Oliveira, cidade do interior de Minas Gerais, a cerca de 150 km de sua capital, Belo Horizonte (Figura 1). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Oliveira possui uma população de 39.262 pessoas. A religiosidade predominante é a católica.

Figura 1 - Mapa da localização de Oliveira e outras cidades mineiras
Localização de Oliveira e outras cidades mineiras



Fonte: Teixeira e Ribeiro (2023).

As festividades locais têm muito a dizer sobre a identidade local. Mais especificamente sobre a semana santa:

É tão velha como o lugar a comemoração aqui da Semana Santa. O modo, porém, como é comemorada até hoje vem das pompas, músicas e particularidades introduzidas pelo culto sacerdote sanjoanense padre José Teodoro Brasileiro, desde 1860. (...) A Semana Santa oliveirense obedece a uma liturgia quase regional. Nisto, aliás, é que está o seu sabor peculiar e o seu encanto próprio. Oliveira sempre procurou mantê-la tal qual ela veio das antigas gerações locais. Para se constatar isso, basta abrir as Gazetas de Oliveira de 1887 em diante, para ver como decorriam então as suas pausadas solenidades. Em nada diferem das de hoje (Fonseca, 1961, p. 327).

Sendo assim, num primeiro momento, localizamos todos os bens culturais materiais da área urbana do município (Figura 2). Apresentamos, então, o mapa desenvolvido (Figura 3).

Figura 2 - Localização do Município, Área Urbana e Área Retratada de Oliveira/ MG

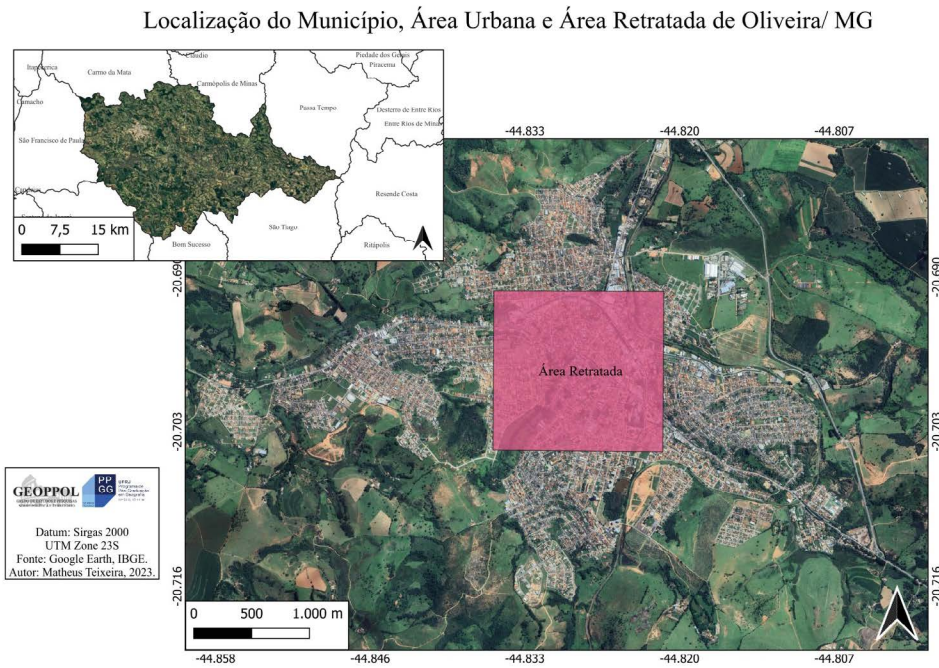
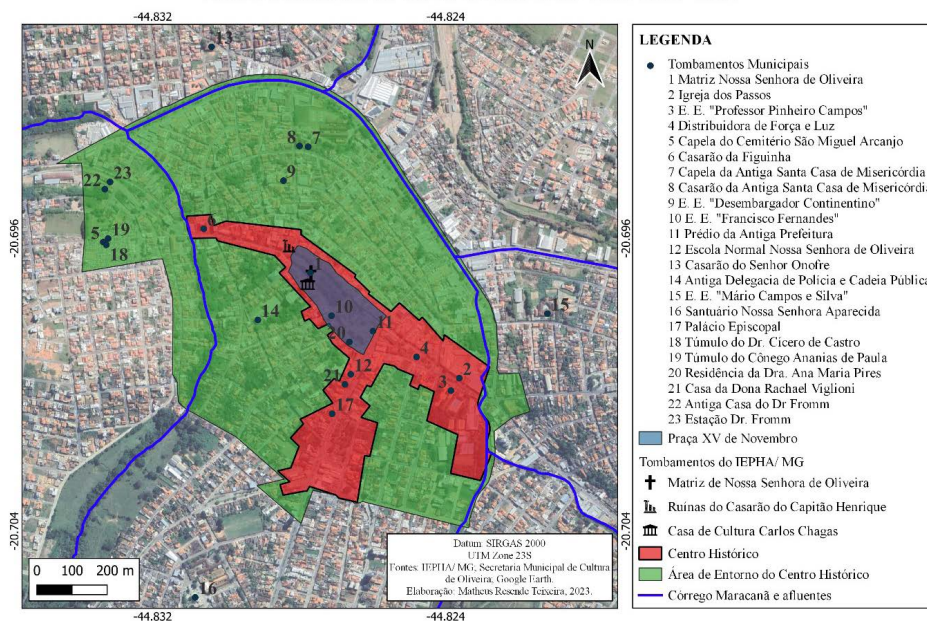
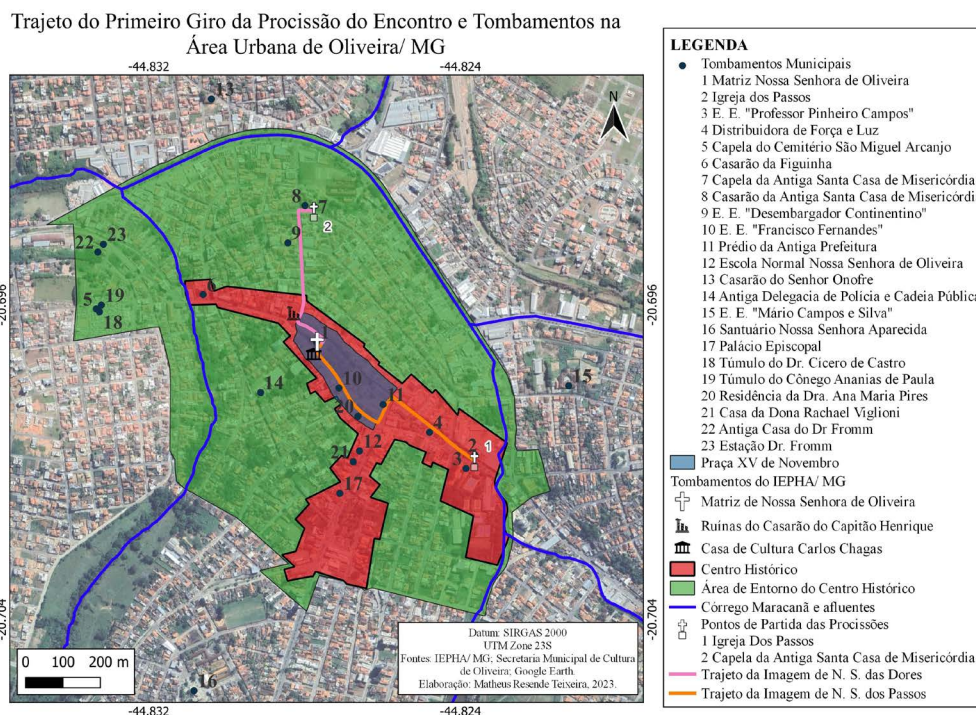


Figura 3 - Tombamentos na Área Urbana de Oliveira/ MG
Tombamentos na Área Urbana de Oliveira/ MG



Observando e mapeando a festividade (Figuras 4 e 5), constatamos que sete bens patrimonializados interagem diretamente com a festa, sendo base de suas celebrações e ritos. Destes, seis possuem proteção municipal, um é protegido pelo estado, e um possui duas proteções, municipal e estadual. Estes bens podem ser base material religiosa das celebrações, como imagens de santos, locais de traslado das procissões ou templos e construções religiosas onde ocorrem ritos. Para além destes, indiretamente, a festa perpassa por sete bens culturais reconhecidos pelo município e dois reconhecidos pelo estado.

Figura 4 – Trajeto do Primeiro Giro da Procissão do Encontro e Tombamentos na Área Urbana de Oliveira/ MG

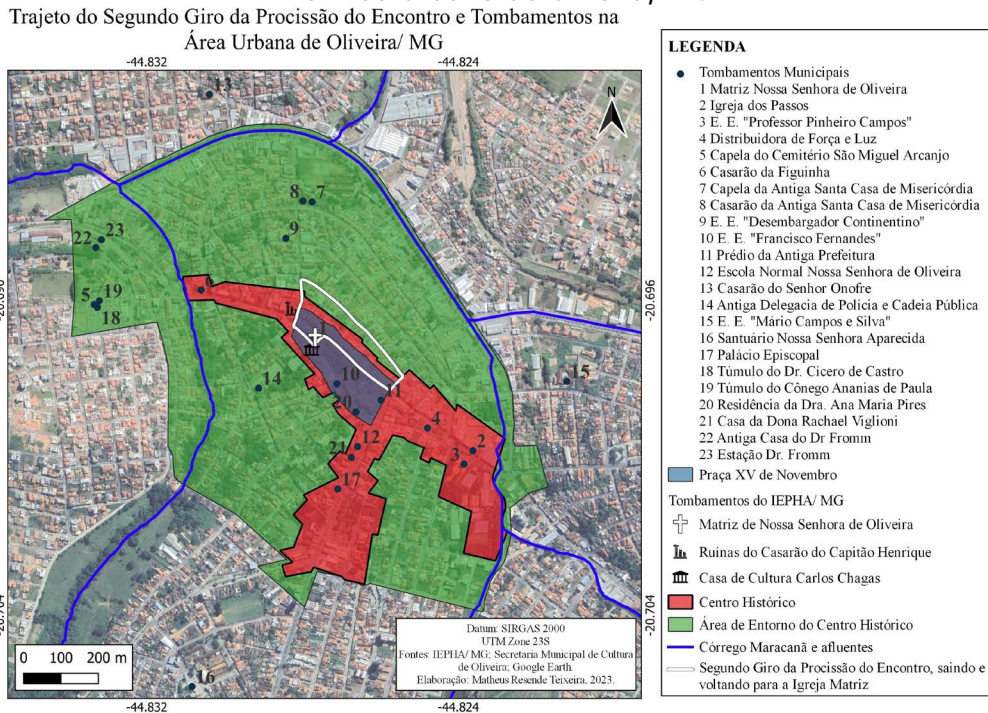


Fonte: Teixeira e Ribeiro (2023).

Primeiramente, tratemos dos objetos que são utilizados na celebração que são patrimonializados: as imagens de Nosso Senhor dos Passos e de Nossa Senhora das Dores. Elas são veneradas na Igreja dos Passos. Em especial a imagem mariana, representando as dores de Maria no intervalo entre a condenação, morte e sepultamento de seu filho, tem maior destaque, já que participa de cinco procissões, com presença quase diária na festa religiosa. A segunda escultura, representando Jesus no caminho da crucificação, aparece em dois momentos: a procissão do encontro – que possui o trajeto mais longo entre todos da festividade, e foi escolhida para ser apresentada por passar por todas as ruas que os demais

– e o traslado que faz de volta à Igreja dos Passos. Ambas as imagens possuem proteção em nível municipal.

Figura 5 – Trajeto do Segundo Giro da Procissão do Encontro e Tombamentos na Área Urbana de Oliveira/ MG.



Fonte: Teixeira e Ribeiro (2023).

Em segundo lugar, os trajetos das procissões perpassam por dois conjuntos paisagísticos reconhecidos: o Centro Histórico de Oliveira – e sua área de entorno – e a Praça XV de Novembro. Todos os cortejos se utilizam das ruas dentro destas proteções. Apenas em dois dias – nas procissões do Depósito e do Encontro, que ocorrem simultaneamente na segunda-feira e na terça-feira da Semana Santa – é que os trajetos transbordam do Centro Histórico, somente para se direcionar até a Capela da Antiga Santa Casa de Misericórdia, ou ter seu início no local. A Praça XV é utilizada como palco central das celebrações em todos os dias da festividade. O documento que determina o tombamento definitivo do Centro Histórico de Oliveira (IEPHA/ MG, 2013) enfatiza a importância da Semana Santa de Oliveira e do Centro Histórico como seu suporte.

Por último, observamos os templos e construções religiosas de onde partem as procissões, bem como locais onde são realizados rituais. O mais importante e imponente de todos é a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira, templo que está ligado a todas as celebrações da semana. Desta igreja, que possui proteção

municipal e estadual, partem ou tem ponto final todos os cortejos da semana, sem exceções. Dela, partem as procissões de Ramos, do Depósito, do Enterro, do Fogo Novo, da Ressureição e da Glória. Também, ela é ponto final para as procissões do Encontro, de Dores, do Translado do Santíssimo, do Enterro e da Ressureição. O inventário municipal do bem, no entanto, não faz nenhuma menção à festividade.

A Igreja dos Passos e a Capela da Antiga Santa Casa de Misericórdia também são templos importantes durante a Semana Santa. A Igreja dos Passos abriga as imagens de Nossa Senhora das Dores e Nosso Senhor dos Passos, sendo o ponto de partida da Procissão do Encontro e de Dores, além de ser o ponto final do Translado dos Passos e da Procissão da Glória. A Capela da Antiga Santa Casa de Misericórdia é o ponto de chegada e partida das procissões do Depósito e do Encontro. Ambos os templos são considerados bens culturais pelo município, com a capela localizada fora do Centro Histórico. O inventário da Igreja dos Passos destaca que “Suas ‘linhas simples’ contrastam com a pompa e a religiosidade da comemoração da Semana Santa” (CODEMPAC, 2007).

Os demais bens culturais que fazem parte dos trajetos da procissão, mas que não interagem diretamente com a festividade, são: a Escola Estadual “Professor Pinheiro Campos”, a Distribuidora de Força e Luz, o Prédio da Antiga Prefeitura, a Residência da Dr^a. Ana Maria Pires, a Escola Estadual “Francisco Fernandes”, a Escola Estadual “Desembargador Continente” e o Casarão da Antiga Santa Casa de Misericórdia, protegidos pelo município; e a Casa de Cultura Carlos Chagas e as Ruínas do Casarão do Capitão Henrique, protegidos pelo IEPHA/MG. Salienta-se, no entanto, que os bens compõem a paisagem da festa, mesmo utilizando este conceito enquanto cenário e, sobretudo, ganham significado através dela. No entanto, nenhum dos documentos destes bens, com exceção das Ruínas, que não tivemos acesso, sequer cita a festa.

No entanto, ao observar essas paisagens, podemos afirmar que é indissociável a materialidade da imaterialidade do patrimônio local. As duas compõem um único conjunto, que diz da paisagem constituída na festa (Figuras 6 e 7). As transformações experimentadas pela paisagem aqui incluem os corpos que transitam em procissão, os coros de música e oração, os sinos que resbalam, as matracas que batem, os aromas de insenso e manjerição. Para além delas, barracas e altares são construídos no centro da cidade, posicionados em frente a

bens reconhecidos como patrimônio cultural, tal como a Matriz Nossa Senhora de Oliveira e a Casa da Cultura.

Figura 6 - Chegada da imagem de Nossa Senhora das Dores, em frente à Casa da Cultura.



Fonte: Teixeira e Ribeiro (2023).

Figura 7 - Chegada da imagem do Senhor Morto à Igreja Matriz de Nossa Senhora de Oliveira.



Fonte: Teixeira e Ribeiro (2023).

Conclusão

partir do que foi observado foi possível concluir que, embora o discurso predominante na área do patrimônio cultural seja que o patrimônio material e o imaterial estão integrados, pouco se verifica essa integração na prática. A Semana Santa de Oliveira, embora um marco da cultura local e reconhecida como bem cultural, é na maioria das vezes desprezada, e nada mobilizada no sentido de reivindicar valores. O peso de quase cem anos de valorização do patrimônio material e, especialmente, o protagonismo do patrimônio religioso de origem colonial em Minas Gerais ainda leva a muitos apagamentos e dificuldades de conexões, apesar dos avanços das últimas décadas. A festa produz uma paisagem cíclica que atrela a esse patrimônio material corpos de pessoas que nem sempre frequentam aquele espaço, além de diversas práticas e manifestações que conferem significado à festa através de suas integrações na paisagem. Não se trata aqui de apontar para uma harmonia idealizada entre corpos de diferentes origens e cores. A festa é também espaço de conflitos e hierarquizações sociais e assim, por consequência, também a paisagem festiva. Este artigo, no entanto, não abordou o os sujeitos desta festa e sua relação com os espaços, embora sua pesquisa seja importante para estudos que visem aprofundar o caráter e formas de organização da festa como patrimônio. O que este artigo procurou apontar é que uma análise da paisagem produzida durante a festa pode permitir uma abordagem integrada e integradora que as políticas de patrimônio cultural ainda não foram capazes de pôr amplamente em prática. Nem o IEPHA/MG nem o município de Oliveira têm se utilizado de mecanismos para articular essas duas dimensões do patrimônio cultural. O conceito de paisagem festiva mostra-se, assim, capaz de fazer tal articulação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

CHAVEIRO, E. F.; AZEVEDO, H. A. M. de A.; GONÇALVES, R. J. de A. F. Um mutirão de vozes, rostos e ações: uma leitura das paisagens da Festa-Romaria de Trindade, Goiás. **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 169–189, 2018.

CODEMPAC. Inventário da Igreja dos Passos. Oliveira, MG, 2007.

CURADO, J. G. T. Lagolândia — Paisagens de festa e de fé: uma comunidade percebida pelas festividades. Tese de Doutorado em Geografia. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

FERNANDES, C. S.; LA ROCCA, F.; BARROSO, F. M. Beco das Artes: Festas, imaginários e ambiências subversivas na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 140–165, 2019.

FONSECA, L. G. História de Oliveira. Belo Horizonte: Bernardo Alvares, 1961.

FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MINC- IPHAN, 2005.

GOMES, P. Quadros Geográficos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

GONDIM, L. B. Os regimes imagéticos das festas no Mucuripe: uma análise compreensiva de paisagens festivas. Dissertação de Mestrado em Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

IEPHA/ MG. Tombamento definitivo do Centro Histórico de Oliveira. Belo Horizonte, MG, 2013.

MAIA, C. E. S. Paisagens festivas e interações mítico-ritualísticas em práticas tradicionais do catolicismo popular. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 30, p. 19–35, jul./dez. de 2011.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MENESES, U. T. B. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, v. 1, p. 25–39, 2009.

RIBEIRO, R. W. Paisagem. In: IPHAN. (Org.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1ed. Brasília: IPHAN, v. 1, p. 1–35, 2020.

SMITH, L. **Uses of heritage**. Nova York: Routledge, 2006.

SOUSA, P. P. A.; BARLETTO, M. Identidades, memória e espacialidade na Festa do Rosário. **Mercator**, vol. 8, n. 17, p. 123–137, 2009.

SOUSA, P. P. A.; SOUZA, I. M. Vestir a cidade de festa: a Festa do Divino Espírito Santo segundo os dossiês de registro do patrimônio cultural. **Latitude**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 164–188, 2022.

UNESCO. Recomendação de Paris – Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 17 de outubro de 2003. Paris, 2003.

VERÍSSIMO, L. F. Um gosto pela ironia. **Zero Hora**, Porto Alegre, ano 47, n. 16.414, p. 2, 12 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default.jsp?uf=1&action=flip>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

NOTAS

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-graduação Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

RECEBIDO EM: 21/11/2023

APROVADO EM: 03/12/2023

PUBLICADO EM: 13/12/2023